

ANÁLISE DO PERFIL POLÍTICO DAS PARLAMENTARES NAS ASSEMBLEIAS LEGISLATIVAS DO SUL DO BRASIL (2006-2010).

**CAMPOS, Camila Goulart de¹;
SCHULZ, Rosangela Marione²**

¹ Depto de Sociologia e Política- ISP/UFPEL- camilagoulart61@hotmail.com

² Depto de Sociologia e Política- ISP/UFPEL – rosangelaschulz@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

O trabalho possui como tema central a atuação das mulheres no parlamento, especialmente, as mulheres eleitas nos parlamentos estaduais do Sul do Brasil. A análise sobre participação política das mulheres compõe um arcabouço substancial no campo das ciências sociais, e inevitavelmente nos remete a discussão sobre o comportamento e atuação feminina no campo político. De acordo com BOURDIEU (1999), campo político é composto por diversas lutas simbólicas, onde seus agentes se utilizam de capitais desiguais, poderes simbólicos desiguais, os quais são fundamentais para os integrantes do campo político serem conhecidos por seus pares. O campo político é um “jogo” de disputa, onde os políticos necessitam reproduzir o aparelho e as condições necessárias para se manterem no jogo. Dessa forma, as mulheres inseridas no jogo político, obedecem a essa mesma lógica, atuam na busca da ampliação do capital político e buscam trabalhar pautas que possibilitem maior visibilidade.

Tradicionalmente a atuação feminina é caracterizada como política do desvelo, onde a mulher tem como papel cuidar de questões voltadas ao âmbito privado, ou seja, familiar. Desta forma, a mulher deixa a agressividade e a competitividade do campo político para os homens, conforme destaca MIGUEL (2001). Outra corrente argumentativa pela defesa de paridade de representação entre homens e mulheres é a que aborda a política de ideias e a política de presença, onde PHILLIPS (2001) faz a defesa da importância da presença física de grupos minoritários, para que suas demandas sejam atendidas no processo de deliberação.

Considerando que os diferentes argumentos utilizados para justificar a paridade de gênero nos parlamentos se referem à atuação das mulheres enquanto parlamentares (os pronunciamentos, os votos, a presença em comissões parlamentares temporárias e permanentes, os cargos de liderança, entre outros), desta forma, o objetivo principal do trabalho é delinear o perfil de atuação das deputadas dos três estados do Sul (PR, SC e RS), através de categorias analíticas utilizadas por MIGUEL e FEITOSA (2009) em seus estudos, que classificam a atuação parlamentar como: 1. *Hard politics* – temas de natureza econômica, assuntos de estado, administração pública, corrupção entre outros; 2. *Middle politics* - assuntos direcionados a questões como previdência social e contas públicas e; 3. *Soft politics* - assuntos voltados a questões sociais; e assuntos sem relevância, como homenagens à personalidade e outros.

2. MATERIAL E MÉTODOS

O trabalho é fruto de estudos preliminares para a realização de dissertação do programa de Mestrado em Ciência Política da UFPel. Para responder sobre a forma de atuação parlamentar das deputadas foi necessário primeiramente compreender quem são as deputadas que compõem as legislaturas das três casas legislativas entre 2007 a 2011. Os dados sobre a presença feminina nas três casas legislativas do Sul do Brasil foram coletados nos portais eletrônicos dos tribunais regionais dos três estados referidos no trabalho, TRE-RS (Tribunal regional eleitoral do Rio Grande do Sul, TRE-SC (Tribunal regional eleitoral de Santa Catarina) e TRE-PR (Tribunal regional eleitoral do Paraná).

Em um segundo momento da pesquisa será examinado o perfil, ou seja, análise sobre a forma de atuação parlamentar das Deputadas Estaduais (do sul do país) como, por exemplo, os seguintes quesitos: mandatos anteriores, votações, filiações partidárias. As informações serão retiradas dos sites das próprias deputadas, esses dados serão coletados dos diários oficiais das Assembleias Legislativas através da técnica de pesquisa a análise documental.

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os resultados apresentados neste trabalho são preliminares, da pesquisa sobre a atuação das mulheres nas Assembleias legislativas do três estados do Sul do Brasil. Segundo Araújo (2005), o problema da pouca elegibilidade eleitoral de candidaturas femininas está na falta de apoio financeiro e político para a consolidação dessas candidaturas:

Tem sido observado (Norris, 2003), que o problema das mulheres não reside tanto em conseguirem a indicação como candidatas, mas sim em conseguirem condições efetivas de competir, internamente nos partidos, com aqueles que já detêm certa vantagem eleitoral, como a de possuir mandato ou ter redes partidárias de apoio (ARAÚJO, 2005, p. 5).

Em estudos sobre o perfil parlamentar PINHEIRO (2007), destaca necessidade de observar a constituição de *habitus* feminino e masculino no campo político.

Em relação a composição feminina nos legislativos selecionados para análise, cabe salientar os dados referentes ao êxito eleitoral nas eleições gerais de 2006 NO LEGISLATIVO GAUCHO. De acordo com o TSE, concorreram sessenta e quatro mulheres percentual de 12,9% do universo total de candidatos para a Assembleia Legislativa, dessas, apenas quatro, alcançaram cadeira de deputada através do voto, representando um percentual de 7,81% do total de eleitos ao parlamento (dados referentes à 52ª legislatura da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul). São elas; Silvana Covati (PP) com uma votação de 65.547, Stela Farias (PT) cujo numero de votos foi de 55.229, Marisa Formolo (PT) com 54.996 votos e Kelly Moraes (PTB) com votação final de 43.316 (fonte dos dados TRE-RS). DURANTE O MANDATO ocorreu uma ampliação da presença feminina, pois duas Deputadas suplentes assumiram na vaga dos titulares do sexo masculino, são elas: Zilá Breitenbach (PSDB) e Leila Fetter (PP).

Em relação à presença feminina na Assembleia Legislativa de Santa Catarina (16ª legislatura 2007 — 2011) no que tange os dados eleitorais do pleito de 2006, somente foram eleitas três mulheres, em um universo de 37 candidatos do sexo masculino. As Parlamentares são: Ana Paula de Souza Lima (PT), com

36.989 votos, Odete Prestes do Nascimento (PL) cuja votação foi de 35.307 e a Parlamentar Ada De Luca (PMDB), eleita com a votação de 30.192 (fonte dos dados TRE-SC). Na composição da 16ª Legislatura da Assembleia Legislativa catarinense a presença feminina aumentou com a deputada suplente Angela Albino (PCdoB), desta forma, a composição final da Casa foi formada por quadro mulheres em um universo de 40 deputados estaduais, ou seja, um percentual de 10%.

Os dados eleitorais da Assembleia Legislativa do Paraná contou-se com a presença de quatro mulheres: Maria Aparecida Borghetti (PP) com a votação de 66.492, Izabete Pavin (PMDB) com 38.266 votos, Luciana Rafagnin (PT) cuja votação foi de 37.966 e Rosane Ferreira (PV) com uma votação de 18.844 (dados do TRE-PR). De um universo de 54 deputados estaduais, quadro são mulheres, desta forma, o percentual de presença feminina na Assembleia do Paraná é de 7,4 %, na composição da 16ª Legislatura.

4. CONCLUSÕES

Mesmo com um pequeno crescimento na representação feminina nas eleições brasileiras após 10 anos da aprovação da lei de cotas, ainda existe uma barreira muito grande para a ampliação expressiva da mulher no espaço das instituições políticas.

As conclusões preliminares do referido estudo indicam que ainda é muito pequena a presença de mulheres parlamentares nas Assembleias Legislativas dos três estados do Sul do Brasil, este fato se deve por diversos fatores, entre os quais se destaca a dificuldade da mulher em romper barreiras impostas pelo sistema, que na maioria das vezes privilegia o homem, prejudicando assim, um aumento da representatividade feminina, mesmo com a legislação prevendo uma política de cotas para os partidos.

Sobre o que indica a bibliografia sobre o “patrão” de atuação parlamentar das mulheres na política, tende-se a se constituir por parlamentar relacionado a temas *soft politics* que estão diretamente ligadas aos papéis políticos desempenhados nas casas legislativas.

Por outro lado, é possível supor, através da própria literatura, que quanto maior a ascensão política das mulheres em suas carreiras, maior será o afastamento destes assuntos e a respectiva aproximação a temas relacionados aos perfis *middle politics* e *hard politics*.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, C. Partidos políticos e gênero: mediações nas rotas de ingresso das mulheres na política. **Revista de Sociologia e Política**. Curitiba, v. 24, n. 24, 2005, pp. 193-216.

BOURDIEU, P. O campo Político. **Revista Brasileira de ciência política**, nº 5 - Brasília, janeiro/julho de 2011.

MIGUEL, L. F. Política de interesses, política do desvelo: representação e "singularidade feminina". **Revista Estudos Feministas**, 2001, pp.253 a 266.

MIGUEL, L F e FEITOSA F. "O gênero do discurso parlamentar: mulheres e homens na tribuna da Câmara dos Deputados". **Dados**, vol. 52, nº 1. Rio de Janeiro, 2009, pp. 201-21.

PINHEIRO. L. Vozes femininas na política: uma análise sobre mulheres parlamentares no pós-Constituinte. Brasília: **Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres**, 2007. (Série Documentos) 224 p.p.

PHILLIPS, A. De uma política de idéias a uma política de presença? **Revistas Estudos Feministas**, julho de 2001, pp. 268 a 290.

Documentos eletrônicos

www.alesc.sc.gov.br/portal/legislacao/regimento.php. Acessado em julho de 2012.

www.alep.pr.gov.br/transparencia/wp-content/uploads/2011/05/regimentointerno-consolidado1.pdf. Acessado em julho de 2012.

www.al.rs.gov.br/diariooficial/. Acessado em julho de 2012.

Tribunal Regional eleitoral do Rio Grande do Sul- <http://www.tre-rs.gov.br/>. Acessado em julho de 2012.

Tribunal Regional eleitoral de Santa Catarina-<http://www.tre-sc.gov.br/site/>. Acessado em julho de 2012.

Tribunal Regional eleitoral -<http://www.tre-pr.jus.br/internet2/tre/index.jsp>. Acessado em julho de 2012.